

As ONGs e a democracia

ROBERTO KISHINAMI *

Existe hoje, em parte da imprensa, um debate sobre as organizações não-governamentais (ONGs), apontando a existência de entidades que têm servido de fachada para fraudes de diferentes tipos. Ao mesmo tempo há veiculação de questionamentos sobre a origem dos recursos que movimentam.

De saída, vamos esclarecer que abordamos aqui as ONGs que se comportam dentro dos limites da ética e da legalidade. Para aquelas que transgridem, seja no terreno dos costumes ou no das leis, já existem códigos legais e de conduta suficientes para a sua repressão. As ONGs não são diferentes das demais organizações da sociedade frente aos códigos de conduta. Sejam empresas, partidos, governos, sindicatos ou ONGs, todos estão sujeitos às mesmas regras e leis. A sociedade brasileira tem suas instituições para aplicar, rever e aperfeiçoar as leis. Além de dever, é interesse da cidadania fortalecer estas instituições.

Alguns artigos sobre ONGs, veiculados recentemente, contêm imprecisões que podem abrigar perigosos preconceitos. As ONGs são fenômeno complexo. Surgiram, na maior parte, como instrumentos de organização da sociedade civil para o exercício pleno da cidadania. Neste afã, fazem pressão política, reivindicam, associam, prestam serviços, educam, assumem a responsabilidade pelo assistido, realizam pesquisas, enfim, executam uma gama de atividades que dificulta sua classificação.

Analisar as ONGs significa, em primeiro lugar, distinguir as principais categorias em que se inserem. Para isto, podem-se examinar seus objetivos e suas relações com o Estado. Sem análise criteriosa, não há parâmetros para avaliá-las quanto à sua eficácia ou legitimidade.

Este não é o espaço para a análise completa. É possível, entretanto, discutir os aspectos essenciais da relação entre as ONGs e os recursos que movimentam, usando dois modelos, situados em extremos opostos quanto ao tipo de relação que mantêm com o Estado e fontes de financiamento.

Um primeiro modelo é formado por organizações que têm por função a execução de atividades complementares ao Estado. Nesta categoria encontram-se boa parte das entidades filantrópicas, de caridade e de assistência a setores específicos da sociedade: menores, idosos, portadores de deficiência etc. Essas entidades são diferentes das demais porque suas atividades-fim pertencem, pela Constituição, ao âmbito do Estado, fazendo parte das chamadas políticas públicas, recebendo dotações específicas nos orçamentos públicos.

A relação deste primeiro tipo de ONG com o Estado é marcada pela complementaridade. Não sem razão, as denúncias de corrupção na LBA, órgão assistencial do governo federal, ao final de 1992, envolveram ONGs (fantasmas) mancomunadas com os administradores públicos responsáveis pelo repasse das verbas públicas. A eliminação destes e outros esquemas de corrupção passa, necessariamente, pela avaliação e reestruturação dos órgãos federais, chegando às entidades que deles recebem recursos. O próximo governo federal tem, certamente, todas as condições para desempenhar essa tarefa.

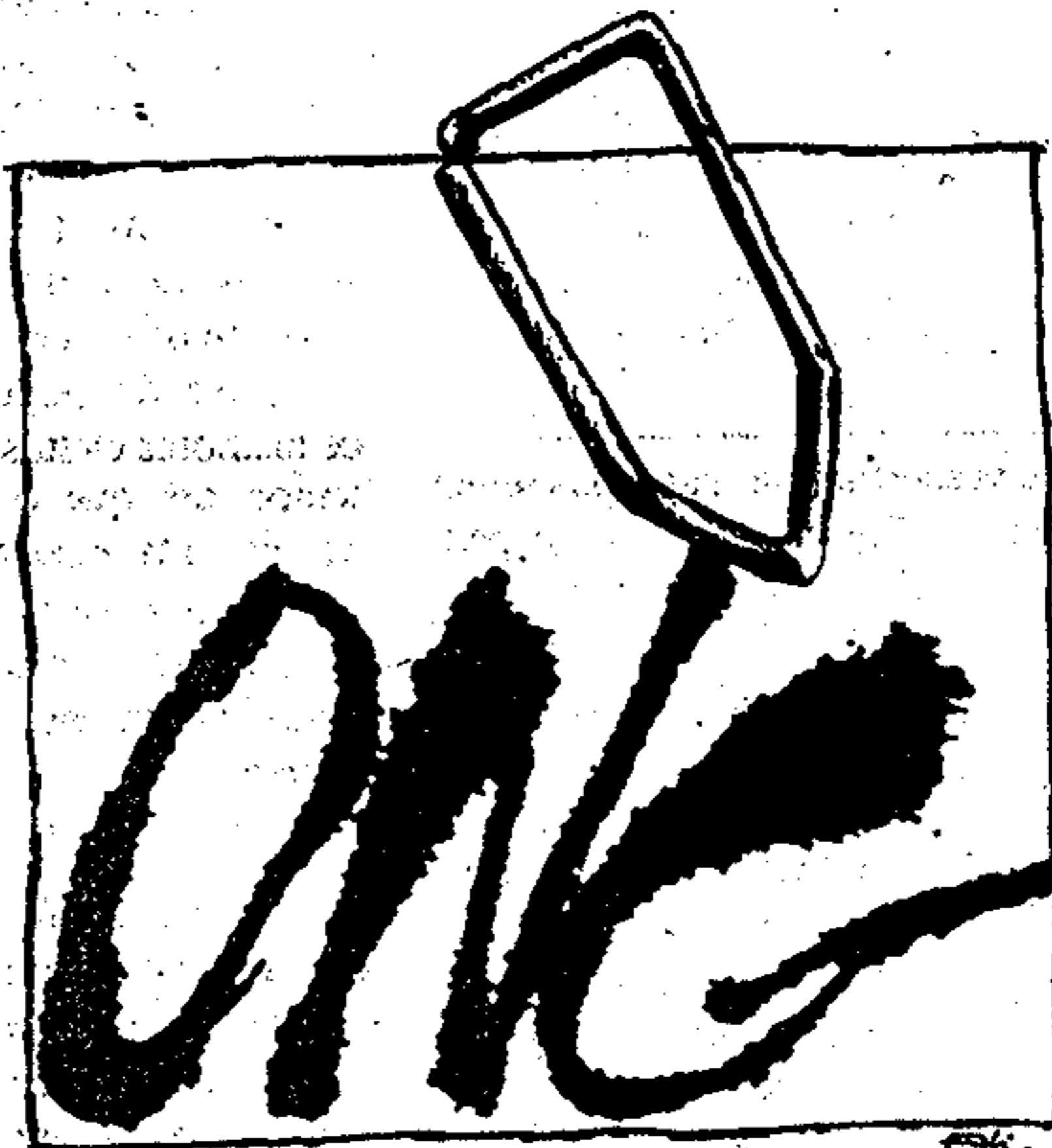
Um outro modelo de ONG é formado por organizações de denúncia e pressão política. Propõem-se a prestar serviço que, em vez de complementar o Estado e o governo, pressiona-os para a consecução de tarefas já previstas na lei, ou então para a incorporação de novos códigos e regulamentações. As atividades-fim deste segundo grupo de ONGs pressupõem independência política, cujo grau é delimitado, em grande parte, pelas suas fontes de financiamento. Por sua vez, o financiamento deste segundo tipo de organização é, quase sempre, internacionalizado. As

principais fontes de financiamento são fundações, bancos multilaterais, agências governamentais, grupos religiosos e de defesa dos direitos humanos.

A Greenpeace é um caso de radicalidade neste segundo universo. Os seus financiadores são quase cinco milhões de pessoas físicas, cidadãos de mais de 30 países, comprometidos com a defesa do meio ambiente global. Esta característica decorre da decisão estatutária da Greenpeace de não aceitar recursos de empresas, governos, partidos, sindicatos, grupos religiosos ou qualquer outra origem que não sejam contribuições voluntárias de pessoas físicas.

As ONGs mantêm uma diversidade enorme de atividades e, como é de se esperar, não cabem inteiramente em um ou outro modelo. Continuando a usar a Greenpeace como exemplo, além de denunciar e pressionar, ela também educa, informa, pesquisa, propõe alternativas e, para desgosto de alguns poucos — embora poderosos —, chama a atenção do grande público para a destruição do meio ambiente e aponta os agentes dessa destruição. A legitimidade desta organização internacionalista, ambientalista e pacifista é comprovada pelo apoio crescente dos cidadãos do mundo todo em 23 anos de lutas vitoriosas.

A presente discussão sobre as ONGs pode representar um passo adiante na transparência dessas organizações. Para que isto aconteça, são necessários alguns requisitos. Um primeiro é que todas as ONGs abram-se para a população, expondo seus objetivos, métodos e fontes de financiamento. Mesmo para entidades de menor porte, a filiação à Associação Brasileira de ONGs (Abong) e ao Fórum Brasileiro de



ONGs e Movimentos Sociais são formas eficazes de aumentar esta transparência.

A população, por seu lado, precisa estar atenta ao desempenho das ONGs. Todos, sem exceção, têm o direito de exigir daquelas que freqüentemente se apresentam como ONGs informações sobre o que e como fazem, quem financia etc. Para citar casos recentes, péssimos exemplos têm sido dados pela Associação Brasileira de Energia Nuclear e pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Estas duas entidades têm abrigado críticas, principalmente às organizações internacionais e com ênfase na Greenpeace, sem que tenham sequer explicado como são constituídas, o que defendem e de onde vêm os recursos que as financiam.

A falta dessas explicações confunde o debate e compromete a sua legitimidade, na medida em que os criticados são conhecidos e os críticos não têm qualquer identidade pública. A Greenpeace tem enfrentado nas suas lutas, além de representantes de empresas e governos, também representantes de movimentos e organizações antiambientalistas.

Ser antiambientalista não é crime. Em países democráticos há ONGs cujo objetivo é combater propostas ambientalistas. A maior parte delas recebe recursos das empresas diretamente atingidas por denúncias de degradação ambiental. Nem por isso deixam de ter espaço para sua livre expressão. A democracia exige, portanto, que debates como o que se trava acerca da energia nuclear no Brasil sejam, sempre, marcados pela transparência de todas as partes envolvidas. Ataques subterrâneos são sinais de que não há democracia — ou que se está atentando contra ela.